



Ofício nº 295/2019

Florianópolis, 17 de dezembro de 2019.

Prezada Coordenadora,

Em resposta ao Ofício nº 632/2019/CC-DL, e em cumprimento ao disposto na Resolução nº 005, de 23 de novembro de 2016, que alterou o art. 5º da Resolução nº 005, de 30 de agosto de 2005, encaminho relatório das atividades desenvolvidas no último semestre pela Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense.

Sem mais para o momento, renovo os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado José Milton Scheffer
Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense

Ilma Sra.

Maria Natel Scheffer Lorenz

Coordenadora das Comissões da ALESC

Nesta



Relatório das atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense

Em fevereiro do corrente ano foi reinstalada a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, com a participação dos Deputados José Milton Scheffer, Ismael dos Santos, Dr. Vicente Caropreso, Felipe Estevão, Kennedy Nunes, Paulinha, Marcos Vieira, Marlene Fengler, Rodrigo Minotto, Romildo Titon e Mauro de Nadal.

Inicialmente, cabe frisar que esta Frente Parlamentar vem atuando desde 2012 em prol da saúde dos catarinenses, tendo contribuído fundamentalmente para a aprovação da Lei nº 16.968, de 2016, que “Institui o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC), ao Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge (CEPON) e aos Hospitais Municipais”, bem como da Emenda Constitucional nº 72/16 (PEC da Saúde), que fez de Santa Catarina o primeiro Estado do país a aumentar de 12% para 15% o percentual mínimo do orçamento estadual a ser aplicado obrigatoriamente na saúde pública, mas que, infelizmente, foi declarada inconstitucional pelo STF em abril deste ano.

Em abril, os Deputados Estaduais, com 32 votos favoráveis, derrubaram o veto do Governo do Estado à Emenda da Saúde, que direciona 10% do orçamento do Fundo Estadual da Saúde, ou seja, R\$ 180 milhões, para os hospitais filantrópicos. A conquista foi comemorada por diretores, presidentes e representantes dos referidos hospitais. Solicitada pelas entidades hospitalares, a emenda define critérios técnicos para o repasse da quantia arrecadada aos hospitais filantrópicos, tais como número de atendimento e efetiva produção hospitalar. Dessa forma, o hospital que possuir maior quantidade de atendimentos em ambulatório, internações e incentivos, é o que deverá receber mais volume de recursos.

Em maio, o Presidente da Frente em Defesa da Saúde, Deputado José Milton Scheffer, os Presidentes da AHESC/FEHOESC - FEHOSC e cerca de 80 dirigentes dos Hospitais Filantrópicos debateram e apresentaram ao Secretário de Estado da Saúde Helton de Souza Zeferino a proposta de regulamentação da Emenda da Saúde, no Hospital Regional em Rio do Sul.

Em junho, foi realizada uma reunião entre os dirigentes das entidades hospitalares de Santa Catarina e a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde dos Catarinenses, na Assembleia Legislativa. Estando presente o Deputado José Milton Scheffer (PP), foi divulgada nota pública de repúdio, surpresa e indignação contra o Governo do Estado pela decisão de judicializar a Emenda à LOA que destina 10% do Fundo Estadual aos hospitais filantrópicos do Estado.

No mesmo mês, após reunião da Frente Parlamentar e as entidades com o Governador Carlos Moisés, este reiterou o compromisso de repassar R\$ 180 milhões para os hospitais filantrópicos de Santa Catarina ainda em 2019. Ainda segundo o Governador, a nova política hospitalar catarinense segue em elaboração e garantirá critérios técnicos para os repasses a partir de 2020. Já no próximo ano, a expectativa é de que o total repassado às



unidades filantrópicas seja de até R\$ 300 milhões. Na avaliação do Governador Moisés, trata-se da criação de uma política de Estado para a saúde.

Desde que o Governador ajuizou no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6141, esta Frente Parlamentar vem monitorando e atuando na defesa de sua constitucionalidade, tese essa, defendida também pela Advocacia Geral da União em sua manifestação na ADI.

Salienta-se aqui que também no mês de junho foram assinados os convênios entre o Governo do Estado e 110 hospitais filantrópicos de Santa Catarina para receberem R\$ 190 milhões até o final deste ano.

Em agosto, participação num dos maiores eventos no segmento hospitalar, o 40º Encontro Catarinense de Hospitais, realizado pela AHESC (Associação dos Hospitais do Estado de Santa Catarina), pela FEHOESC (Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina) e pela FEHOSC (Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina) e organizado pelo Instituto Santé, que aconteceu no CentroSul, em Florianópolis, nos dias 28, 29 e 30 de agosto, com o tema, "De olho no futuro: Perspectivas para a gestão em saúde".

Recentemente, a principal luta da Frente é pela reversão do corte de 40% nas verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) de média e alta complexidades para Santa Catarina, na proposta de orçamento da União para 2020, bem como para o cumprimento pelo Governo do Estado do § 1º do art. 6º da Lei nº 17.698, de 16 de janeiro de 2019, que determina que o Estado aplique, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos financeiros destinados a outras despesas correntes do item 5.1.2.2 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD - (Fonte 0.100) do Fundo Estadual de Saúde (48091) no custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, dos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, obedecendo aos critérios de distribuição do § 2º do art. 6º da referida Lei, pagamento.

Por fim, ressalta-se que esta Frente Parlamentar segue permanentemente acompanhando as demandas do setor e as ações governamentais em prol da saúde no Estado de Santa Catarina.

Deputado José Milton Scheffer
Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense